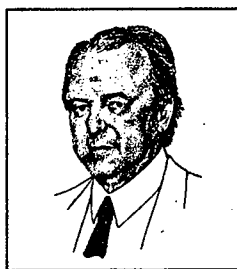


Não é tarde demais

3* JUL 1996



**Se o governo
tardou em
realizar
reformas, há
ainda espaço
para agir**

As últimas medidas anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso representam o reconhecimento de que muito deixou de ser feito até agora, mas, ao mesmo tempo, há ainda novos caminhos a explorar para recuperar o tempo perdido.

É um desafio ao dilema de crescer acima de 4% para reduzir a taxa de desemprego, hoje na ordem de 6%, ou conter a inflação em no máximo 13% ao ano. Parecia um caminho bloqueado que passava pela ponte estreita de um Congresso reticente e pouco inclinado a aprovar leis populares num ano eleitoral, mas fundamentais ao indispensável ajuste fiscal, sem o qual será impossível sustentar um plano que, ao contrário dos seis anteriores, está dando certo. Há hoje a nítida consciência de que é preciso encontrar atalhos que permitam prosseguir nas reformas, enquanto novas estradas são abertas.

É este o sentido dos últimos pronunciamentos do presidente da República e do seu novo ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Fazer o que pode ser feito que independa da aprovação do Congresso. Por exemplo, intensificar as privatizações para reduzir a dívida interna ameaçadora, já da ordem de US\$ 150 bilhões, e ao mesmo tempo, atrair investimentos, impulsionar as exportações que, mesmo se chegarem a US\$ 50 bilhões, representam ainda menos de 1% do comércio mundial.

O presidente foi claro. Vai trabalhar com o quem tem. E permite-me acrescentar, tem o suficiente para impulsionar a economia sem criar inevitáveis pressões inflacionárias, desde que seja feito com decisão.

Muitos acreditam que é tarde

demais. Passaram-se dois anos sem que as reformas fiscal, patrimonial, previdenciária e tributária, sem falar na política, tivessem sido aprovadas. Os gastos incontornáveis, principalmente de custeio, cresceram mais que a arrecadação e o déficit operacional, em 1995, foi superior a 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Não há saída, dizem os céticos.

O plano caminha para o fracasso. Discordo. O governo atra-

sou-se sim, e atrasou-se muito. Não conseguiu manter o ímpeto das primeiras vitórias no Congresso, quando contava com o suporte de mais de 34 milhões de eleitores. Talvez tenha se empolgado em demasia com o êxito obtido no con-

trole de uma inflação inaceitável, que caminhava para 5.000% ao ano. Dominada, desapareceu o elemento de urgência que forçava agir, pois, a manter-se aquela situação, o caos era inevitável. As pressões são hoje menores, os riscos parecem mais distantes e os desafios menos nítidos e ameaçadores. Fica a impressão de que não há pressa, que dá para esperar. Não é verdade.

Mas os êxitos obtidos pela área econômica, constituída de técnicos competentes, embora às vezes até prudentes demais, dão ao governo um espaço de manobra para agir. Ninguém acredita, hoje, que corremos o risco de voltar, no médio prazo, aos níveis angustiantes da inflação de há quatro anos. Há tempo, sim. Mas por ser escasso, exige um acordar urgente de Brasília. E é esse acordar o que estamos vendo neste momento. Uma nova política de estímulo às exportações que já poderia ter sido

adotada há pelo menos um ano, a decisão de reativar o processo de privatização e concessões nas áreas de serviço e infra-estrutura, incluindo, ferrovias, rodovias, seguros, energia, bancos e principalmente telecomunicações. Aqui, o Brasil está sendo favorecido pela grande disponibilidade de recursos internacionais, hoje superiores a US\$ 300 bilhões em busca de novas oportunidades de investimentos. Em 1995, recebemos US\$ 4,1 bilhões em investimentos diretos. Este ano, no ritmo atual, chegaremos a US\$ 7 bilhões, quando em 1992, foram apenas US\$ 1,3 bilhão e, em 1993 somente US\$ 877 milhões. Há recursos disponíveis no Exterior e temos projetos que nos colocam este ano entre os principais receptores da América Latina. Dispomos, também, de um sofisticado e moderno mercado de derivativos que oferece aos investidores facilidades técnicas e proteção.

Os Estados não ficaram para trás. Como integrante da missão de São Paulo a Londres, vi, confesso, até perplexo, a enorme aceitação dos projetos do governador Mário Covas principalmente nas áreas de transporte (todos querem financiar a privatização das rodovias paulistas), portos e, de forma mais ambiciosa, energia elétrica.

Estes fatos mostram que, se o governo tardou em realizar reformas, o que ninguém nega, há ainda espaço para agir. E ele anuncia, agora, a decisão de fazê-lo.

Decididamente, não é tarde demais. Cabe a nós, empresários, apoiar essa iniciativa que encontrará grande oposição daqueles que não querem mudanças, e, ao mesmo tempo, permanecer atentos. É a forma de oferecer ao governo o suporte necessário para que ele supere as resistências que o impediram de agir no passado.

■ Manoel Francisco Pires da Costa é presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e diretor do Banco Patente



CARVALHO